

Frank-Ulrich Seiler
Investigador independente

frank-ul.seiler@hotmail.de

A cultura de escrita no quotidiano africano de São Tomé e Príncipe na fase colonial tardia

O presente artigo trata do discurso colonial sobre a escrita alfabética enquanto modo africano de comunicação, apresentando as suas bases teóricas e a investigação recente, como também as suas consequências no estudo de São Tomé e Príncipe. Aponta para três espaços socioculturais e/ou institucionais diferentes que estão ligados a relações de poder e a práticas culturais de escrita diferentes, com as suas implicações na escrita pessoal e coletiva no quotidiano das camadas afro-crioulas e dos trabalhadores forçados africanos, no colonialismo tardio de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, colonialismo tardio, escrita alfabética, cultura de escrita no quotidiano, camadas afro-crioulas, trabalhadores forçados africanos

The present article deals with the colonial discourse on alphabetical writing as an African communicational mode, giving an outlook on its theoretical groundings and recent research, as well as its consequences for research on Sao Tome and Principe. It appoints to three different sociocultural and/or institutional spaces that are related to diverse power relations and cultural writing practices, with its implications on personal and collective everyday writing among Afro-creole layers and African forced labourers, in late colonial Sao Tome and Principe.

Keywords: São Tomé and Príncipe, late colonialism, alphabetic writing, everyday writing culture, Afro-creole strata, African forced labourers

O presente artigo integra-se numa investigação em fase exploratória. Ele procura apresentar uma abordagem preliminar do discurso sobre a escrita alfabética em África e das condições socioculturais, comunais e pessoais, de onde emanam e para onde se dirigem as práticas culturais de escrita alfabética como contributo para a construção da vida e trabalho diários, no caso, das camadas afro-crioulas e dos trabalhadores forçados africanos, na fase final do sistema colonial português que antecede a independência da República de São Tomé e Príncipe.

A nossa aprendizagem situacional¹ da problemática está na origem do projeto, introduzindo assim o debate de aspetos subjacentes à investigação no respeitante à escrita alfabética enquanto modo de comunicação africano. Discute-se ainda a questão política das fontes e as suas implicações metodológicas na realização do trabalho. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre a eventual estrutura da logística de escrita em São Tomé da altura, com a finalidade de situar a escrita diária africana no contexto da instituição colonial das ilhas e apresentar hipóteses de trabalho sobre as práticas africanas de escrita no quotidiano nas ilhas.

Aprendizagem situacional

A ideia surge com base em observações feitas em 1987 nalguns bairros da antiga “cintura africana”, na zona Norte de Lisboa, no âmbito duma pesquisa sociolinguística junto de imigrantes angolanos sobre “language awareness” (vide: Seiler, 1988). É o encontro com práticas e representações da escrita de três homens africanos, de origens geográficas, sociais e linguístico-culturais diferentes, que nos desperta para o panorama africano da cultura de escrita e nos reencaminha para o tempo colonial nas suas terras africanas.

Um outro momento revela-se na colaboração com jovens da associação “khapaz”² que, ou no processo da criação do rap, i. e., “rhythm and poetry”, ou no seu relacionamento com a literatura, nos mostram a confluência de múltiplos elementos comunicacionais, tais como a escrita, a leitura, o oral, o ritmo, a performance, entre outros fatores culturais, num ato/processo comunicativo. Observamos ainda no seu decurso a transformação individual e de grupo dos intervenientes, inclusive a nossa própria.

Mas é sobretudo no duradouro convívio com mulheres e homens da diáspora santomense e principense da Grande Lisboa e do Ribatejo³ durante o qual se vão soltando memórias do tempo passado nas ilhas em narrações de eventos e histórias do trabalho e da vida pessoal e comunal. É nessas que sobressaem numerosas referências ao uso da escrita no quotidiano e ao valor que lhe é atribuído. De forma assumida ou não, a escrita como idealização ou nas suas práticas culturais detém um papel na construção da vida pessoal, inter-/comunal e em relação ao colonialismo instituído.

¹ Agradecimentos sentidos pela inspiração e orientação vão para a Sra. D. Antónia Francisca, Enga. Mestre L. L. do Rosário Carvalho, Dr. O. Tavares Baía e Sr. Laudir.

² Associação cultural de jovens afrodescendentes que atua em dois bairros sociais de Arrentela, no Seixal.

³ Agradeço a partilha de experiências, histórias e ideias aos membros das famílias Baía, Carvalho, Neto, Renner, do Rosário e Tavares.

Assim, os interlocutores problematizam o envio da correspondência pessoal de Cabinda para as ilhas, outros mencionam Point-Nègre ou Luanda, ou ilustram a dificuldade dos exilados políticos na Guiné-Equatorial de obter notícias dos seus familiares na terra. Há conversas focalizadas numa senhora que fora empregada da única livraria e papelaria de S. Tomé, do mesmo nome, uma mulher pessoal- e intelectualmente muito respeitada pela sua integridade. Aliás, parece que a esse local se associam inspirações culturais, como também aspirações sociais de diversos interlocutores⁴. Um senhor reformado, forro, sinaliza através do seu vestuário extremamente cuidado o seu estatuto social de antigo empregado de escritório, uma atividade muito solicitada por estratos da população afro-crioula na cidade de São Tomé da altura. Ainda num canto discreto dum chalé, o baú protege da humidade, da perda e do esquecimento a correspondência que é cuidadosamente guardada como algo de muito pessoal dum outro tempo, mas também escondida do mundo bocal das ilhas, como também conserva escrituras, cartas oficiais e publicações. Um interlocutor descreve a chegada ou o envio da correspondência no posto dos correios da roça, sob o olhar policial intromissor do PIDE local⁵, trazendo ou espalhando notícias sobre as dificuldades de vida e o desenvolvimento político nas outras “províncias” portuguesas em África. Os trabalhadores cabo-verdianos são tidos como rebeldes devido à sua cultura e postura assumidas perante a autoridade, no entanto, torna-se sensível um certo distanciamento relativo aos trabalhadores que vieram por via de força do Moçambique ou de Angola.

Um breve exame destes e doutros exemplos relatados conduz-nos a alguns tópicos principais, consoante a natureza das práticas descritas ou das representações em seu redor, nomeadamente:

- a existência de nós centrais numa rede institucional de logística das práticas de escrita/leitura em STP;
- o livro enquanto objeto, mercadoria e representação, mas também como impulsionador da leitura em interação com outros modos comunicacionais;
- o livro como transmissor de discursos, mas também como meio de aprendizagem e apropriação, i. e., de transformação cultural e pessoal;
- a escrita e a sua aprendizagem situacional em ambientes formais, informais ou não formais;
- a interação numa variedade de géneros de escrita com outros modos comunicacionais;
- os significados e as representações da escrita/leitura em termos sociais, políticos, como também pessoais.

Esta amostra de elementos e questões evidencia um panorama complexo da cultura de escrita alfabética nas ilhas. Encontramo-la enraizada no social e na cultura africanos e afro-crioulos no referido quadro histórico em STP, mas também a ultrapassar os seus confins, criando uma dimensão africana.

⁴ Memória de conversas com familiares no Seixal e na ACOSP, em Lisboa, por diversas ocasiões.

⁵ Memória numa conversa informal com A. C., na ACOSP, em Lisboa (13.3.2012).

No entanto, esta afirmação causa, desde logo, alguma incredulidade e cepticismo, mesmo a nível académico. As suas razões fundamentam-se, por um lado, na vigência duma discursividade colonial em relação à representação da comunicação africana. Por outro lado, difundem-se ideias que, não obstante, partirem do necessário e legítimo processo de procura, defesa e criação culturais africanas, corram perigo de adoptar uma visão de imobilismo em relação às abundantes dinâmicas e influências culturais e históricas nas sociedades africanas. Daí que consideremos a pertinência dum enquadramento epistemológico da questão da escrita no continente africano.

A escrita alfabética - um modo de comunicação africano?

O africano - o eternamente oral

Oriundo do discurso antropológico colonial de hierarquização do Ser humano, a alegada existência dum abismo entre a barbárie e a civilização que se afigure na distinção entre o africano e o europeu, leva à conclusão de que a escuridão africana necessita da iluminação ocidental, portanto da ação civilizadora colonial.

A ideia do africano como ser oral (Vail & White, 1991) é apresentada como prova viva da ausência nele de características civilizacionais. Por conseguinte, ser africano significaria a limitação ao corpo, à emoção, a falta de atributos como a cognição e o raciocínio lógico (vide: Levy-Bruhl, 1910), atributos esses essenciais dum ser humano pleno. As capacidades intelectuais limitadas trariam apenas o mimetismo, i. e., a reprodução através da imitação das capacidades do colonizador, ou necessitariam do seu suporte conceptual e categorial como “condicio sine qua non” para alcançar um nível cognitivo capaz de ultrapassar a mera experiência, o empírico (Tempels, 1965).

Goody (1986/1968, pp. 25/26) recorda que a antropologia toma o oral ou a escrita como linha divisória na caracterização do desenvolvimento das sociedades. A escrita constitui o emblema simbólico visível, sobretudo da capacidade intelectual europeia de criação dum modo comunicacional a um patamar civilizacional superior, consoante a perspectiva evolucionista ainda prevaiente (Finnegan, 2002, p. 27).

A escrita no “pós-colonial”

A centralidade do elemento comunicacional na representação do “africano” tem sido abordada abundantemente pelas correntes do “pós-colonial”, no entanto, é no seu interior que emergem reedições sofisticadas desse velho raciocínio que mostram o seu profundo enraizamento no atual discurso “mainstream” (Battestini, 2000, pp. 102-159; Finnegan, 2002, pp. 24-28). Os seus defensores recorrem nos seus textos - escritos - a constructos teóricos cada vez mais abstratos como, por exemplo, a inexistência dum pensamento originário (“Can the subaltern speak?”⁶) devido à omnipresença dum discurso ocidental na conceptualização africana. Segundo este raciocínio, as ideias não se desenvolvem na interação humana no seu contexto social, cultural e económico, mas estruturam-se em conformidade com um ideário autónomo e universal a que se acede através da linguagem escrita, alfabética e esotérica, lógica essa emprestada ao filosofar ocidental. A teorização pós-moderna que exerce uma forte in-

⁶ Spivak, G. C. (1988) crítica a invenção da resistência indígena como reinterpretação de alteridade na tradição radical ocidental.

fluência sobre o que é tido como “pós-colonial” segue assim os modelos conceptuais e categoriais de pensamento, de formas de transmissão e representações ocidentais⁷. A concentração em textos constituintes da “biblioteca colonial”⁸ como principal objeto de estudo das relações sociais e culturais africanas, portanto, o trabalho com um imaginário e conceptualizações exógenos, é criticado por Apter (2007) como a “(...) “radical” of critical positions [that – acréscimo nosso] in fact recapitulate the logic of the colonial request – the negation of the Other by a magisterial discourse that masquerades as its antithesis (...)” (p.30). Inventa “o africano” no conforto duma moderna cadeira ergonómica num gabinete académico ocidental, à moda de Levy-Bruhl.

As escritas originárias de África

Até há pouco, o colonizador europeu ignora as escritas originárias do continente africano, à exceção dos hieróglifos egípcios. Com o despertar do nacionalismo africano, o trabalho académico do historiador senegalês Cheik Anta Diop⁹ lança os fundamentos duma intensa investigação histórica africana, como também sobre a escrita no contexto histórico-cultural africano. Ao longo de muitos anos, Battestini (2000) analisa, num olhar semiótico, os signos e as escritas do continente africano, mostrando a sua distribuição em diversas regiões africanas ao longo da história, as suas riquezas, discutindo a sua relação com a cultura de oralidade. Regista a transcrição dalgumas línguas africanas como forma de apropriação da escrita árabe em regiões do continente que se encontram sob influência comercial, cultural e religiosa das correntes do Islão (vide também: Kootz & Pasch, 2008). Gundaker (1998) mostra ainda como inscrições corporais simbólicas, cuja origem remonta a culturas bantu do Congo, contribuem hoje para a construção de sentido em populações afrodescendentes das Caraíbas e dos EUA, interagindo com outros elementos do seu universo comunicacional.

O estudo de escrita alfabética no contexto africano

Apenas tarde, a questão da escrita alfabética em África torna-se um assunto de estudo académico, na Europa e nos EUA, sobretudo em consequência do trabalho desenvolvido por J. Goody (Goody & Watt & Gough 1968/1986). Nos anos de 1960, este antropólogo defende a escrita como o instrumento central e estruturante no desenvolvimento socioeconómico das sociedades, atribuindo-lhe um carácter autónomo universal, quase “sui generis”. Consoante o cânone do tempo (compare: Lévi-Strauss, 1973), também Goody parte duma distinção, no fundo evolucionista, entre sociedades sem ou com escrita, sugerindo que a escrita alfabética promova o pensamento linear e lógico porque concretiza e codifica o conhecimento através do distanciamento racional do mundo vivido. Embora estabeleça uma relação genérica da escrita com o social, Goody passa a ser questionado por vários antropólogos. Estes observam, por um lado, o entrelaçamento dos diversos modos de comunicação, i. e., o oral com a performance, elementos sensoriais e ambientais, inscrições corporais, entre outros (Finnegan 1976, 1977, 2002). Por outro lado, também mostram o relacionamento comunicativo dos diversos tipos de escrita com o meio social e cultural envolvente

⁷ Vide também: Wamba-dia Wamba (2003); Barber (2007, p. 233, nota 2.); Depelchin (2005, pp. 1-24); Mata (2010, pp. 150-153).

⁸ Termo cunhado por V. Y. Mudimbe que designa o conjunto de teorias e invenções ocidentais em relação aos africanos e ao seu continente.

⁹ Diop, Cheikh Anta (1954). *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine.

em situações históricas concretas. É nesta perspetiva que B. Street (1984) se torna um dos mais severos críticos da ideia de autonomia da escrita (pp.44-65), ideia essa defendida por Goody, apresentando, por sua vez, o ‘modelo ideológico’ segundo o qual a escrita apenas se torna entendível no seu contexto concreto, social e cultural. Street admite ainda a existência transcultural de vários modos, níveis e práticas de escrita numa sociedade (pp. 95-125).

Desde então, têm surgido numerosos trabalhos no desenvolvimento da linha iniciada por Goody e/ou Street, levando a uma evolução teórica no sentido da valorização, tanto do aspeto “autónomo” da escrita enquanto arquivo, como também da focalização nas circunstâncias sociais e culturais das práticas e representações da escrita em África (Barber, 2006a), 2007; Krüger, 2007), ultrapassando as simplificações de ambos os lados.

Vários historiadores e antropólogos europeus e norte-americanos têm estado a trabalhar sobre as culturas africanas de escrita e o seu enquadramento situacional, i. e., histórico, cultural e social, mas também pessoal, como Barber na Nigéria (1989, 2006 a), 2006 b)), Newell (2002) e Hawkins (2002) no Gana, Peterson (2004) no Quênia, Krüger (2009) na África do Sul e na Namíbia, Eckert (2007) na Tanzânia. Eles têm-se juntado a estudiosos oriundos de África como, por exemplo, K. Breckenridge (2000, 2006) e P. Harris (1993, 2001, 2007), V. Khumalo (2006), da África do Sul, A. P. Tavares (2002), de Angola, ou A. Gadzepko (2006), do Gana.

Tematicamente, os seus trabalhos concentram-se em questões ligadas ao quotidiano cultural e histórico, passando do escritório colonial ao trabalho forçado africano, da religião às influências mútuas entre a escrita, o oral e a performance nos próprios cultos, numa procura de entender o significado social da “literacia do baú”, i. e., a escrita pessoal masculina e feminina no quotidiano africano. Versam sobre a questão das representações e práticas de escrita nalgumas sociedades africanas desde o colonialismo tardio até à atualidade, debruçando-se ainda sobre a apropriação da escrita em português numa sociedade bantu no interior de Angola no contato político com o poder colonial.

A escrita alfabética no contexto colonial

Sobretudo no início do séc. XX, a escrita alfabética vai “caindo” sobre a África, de forma mais organizada, no intuito de amenizar a presença colonial militar pela construção dum aparelho estatal colonial, com a trindade de componentes de missão, ensino primário e burocratização (Peterson, 2004; Jerónimo, 2006, 2010; Krüger, 2009). Essa política assenta na missão sistemática que vai incutindo códigos de moral e conduta, a fim de se substituírem às espiritualidades e práticas comunicacionais ‘primitivas’ das próprias sociedades africanas (Harris, 2007). O projeto educacional baseia-se na criação de competências literárias mínimas, com distinção funcional entre os géneros, como forma de capacitar uma camada de empregados de escritório africanos para a execução de trabalhos nos escalões inferiores da administração colonial, nas plantações/roças e na organização do comércio, proporcionando, ao mesmo tempo, a disciplina do corpo, da mente e da “alma” africanos (vide: Jerónimo, 2010). Acrescenta-se ainda o duro regime documental de controle

do africano no seu quotidiano de vida, trabalho e mobilidade (também: Barber, 2006, pp. 6-9). A escrita alfabética é incumbida do cumprimento dessa tarefa.

A escrita alfabética torna-se africana

No entanto, os próprios destinatários que o desígnio colonial encara como meros receptores da iluminação civilizadora, apropriam-se da escrita no interior do projeto que, contrariado, vai alimentando tendências cultural-políticas perante o colonialismo. Para a sociedade colonial sul-africana, Krüger (2009) delinea-as como a adaptação com tendências assimilacionistas, como um ‘ir resistindo’ e ainda como a resistência cultural-política aberta (p. 27). ‘Tipificando’ essas tendências, encontramos o sequaz assimilado, o ‘beneficiário’ a agir em interesse próprio e o auto-defensor consciente dum ideal individual e comunal africano.

Colocada no interior da administração colonial e habituada a lidar com os seus instrumentos, as camadas sociais média e baixa africanas¹⁰ - no caso de São Tomé e Príncipe, os estratos baixo-médios da camada afro-crioula - vão usando os seus conhecimentos e competências por via da cultura de escrita, no sentido de criar um espaço discursivo social e cultural face ao poder colonial, mas também em relação aos roceiros e pequenos proprietários afro-crioulos e aos trabalhadores contratados africanos e a outros grupos linguístico-culturais¹¹ que são tidos como culturalmente inferiores (compare: Nascimento, 2002b), 2003, 2007).

Genres e formas da cultura de escrita

Nas sociedades africanas sob o domínio colonial britânico, Krüger (2009, p. 28) observa que, no séculos XIX/XX, a carta talvez tenha sido a forma de comunicação escrita mais importante e com a maior divulgação entre os próprios africanos, mulheres e homens. Barber (2006), por sua vez, afirma que se assiste a uma autêntica explosão no uso da escrita, nomeadamente de “(...) pamphlets and booklets, (...) handwritten documents, (...) diaries and notebooks (...)” (p. 1). Peterson (2004, pp. 149-155) mostra ainda como, no caso queniano dos gikuyu, as representações da cultura de escrita são viradas contra as intenções do colonizador inglês.

As camadas intermédias africanas, mas também os trabalhadores africanos contratados e/ou forçados para uma existência longe das suas famílias (Nascimento, 2002b), 2007; Breckenridge, 2006; Krüger, 2009; Kagan-Guthrie, 2011), criam uma cultura africana de escrita no seu quotidiano com textos, formas e ações de literacia, a chamada literacia de baú ou “tin trunk literacy” (Barber, 2006a), pp. 3-7). Esta representa a sua re/ação perante os novos desafios do trabalho de contrato, da vida pessoal e social, do discurso cultural, religioso e político, num mundo africano colonial em mudança permanente.

O “tin-trunk”

O próprio “tin-trunk”, i. e., uma mala metálica ou um baú, faz parte do mobiliário habitual em casas africanas no século passado, assim também em S. Tomé e Príncipe¹². É um arquivo pessoal onde muitas famílias guardam os seus documentos oficiais e pessoais: escrituras, correspondência oficial, política e/ou pessoal, diários, folhas de

¹⁰ No caso do Gana, vide: Newell, 2002, pp. 7-24.

¹¹ A referência aqui vai para os angolares.

¹² Agradeço a informação à L. L. do Rosário Carvalho (9.5.2012).

rascunho, recortes de jornais com fotografias, mas também trabalhos de poesia ou prosa, jornais, literatura, manuais práticos de autoajuda ou de orientação, brochuras de consolação, a Bíblia, entre outras publicações. O “tin-trunk” é composto por tudo que de escrito à mão ou de impresso pelas tipografias locais ou da metrópole se encontra à disposição do letrado e de outros participantes no processo de criação ou recepção da escrita/leitura. A consistência do material do baú garante a proteção dos seus conteúdos e suportes materiais contra as condições climáticas adversas de extrema humidade (Miescher, 2006) ou, noutras regiões, de areias finas devoradoras de papel.

Todavia, este arquivo de textos que aparenta ter um carácter exclusivamente pessoal levanta uma série de questões, nomeadamente em relação ao historial do acesso à escrita pelos seus participantes, ou no respeitante à existência de redes de escrita e leitura de carácter mais individual, grupal ou institucional em que se apoia a criação extra-/textual. O processo, individual ou coletivo, de criação e recepção dos textos sugere ainda a pergunta sobre as suas implicações no espaço privado e público santomense e principense como tentâmen de compreender eventuais mudanças na relação com o poder colonial instituído ou as outras camadas socioétnicas e culturais existentes na esfera das ilhas e fora dela. A exploração da logística institucional e das esferas socioculturais de escrita em S. Tomé e Príncipe constitui nisto uma primeira aproximação nossa.

Vozes e textos

Como a escrita iluminadora sobre a ocupação/ação colonializadora do território africano é tarefa do antropólogo/historiador ocidental, por conseguinte, a organização teórica e prática do aparelho científico colonial concentra-se na metrópole (Hountondji 1997; Smith, 1999, pp. 19-34; Depelchin 2005), no centro do poder colonial, deixando no território africano arquivos de carácter executivo.

No caso de S. Tomé e Príncipe, ao baú como arquivo pessoal junta-se assim uma variedade de outros arquivos: públicos, missionários, empresariais e particulares, pequenos ou maiores, cuja maioria, no entanto, se situa longe do arquipélago, sobretudo na antiga metrópole, em Lisboa¹³. A organização e manutenção dos mesmos arquivos estão sujeitos a interesses económicos e políticos, processos históricos, além de políticas científicas e discursivas que se esquivam à intervenção dos sujeitos colonizados.

No próprio país, assistimos a realizações assinaláveis no sector arquivístico, se tivermos em conta a fragilidade e as prioridades económicas, sociais e educacionais, dando acesso a arquivos públicos a níveis nacional, municipal e distrital, além dos arquivos missionários. Era aqui onde se encontra ou se guardava a correspondência oficial que os habitantes de STP e os outros africanos dirigiam em forma de petições, pedidos ou reclamações às respetivas entidades, mas também a escrita que fora censurada ou retirada da circulação. Mesmo que isso se assemelhe à procura duma

¹³ Como, por exemplo, os arquivos do AHU, da PIDE no AN-TT, do BNU na CGD, do Instituto Marquês de Valle Flôr.

agulha no palheiro, é possível acharmos documentos de escrita pessoal onde menos estamos à sua espera.

Vozes nos textos

Os textos elaborados pelos empregados ou trabalhadores africanos encontram-se em locais/arquivos diferentes, de acordo com a origem e atividade dos seus autores. Krüger (1996, 2007, 2009) chama a nossa atenção para a dificuldade de encontrar documentos de correspondência privada africana em arquivos oficiais, mesmo em países que passaram por regimes documentais e de censura rigorosos. Assim, o acesso ao material documental acontece muitas vezes de forma indireta, através de ‘vestígios’ de intervenção oficial por funcionários que deixam nas atas os seus comentários, anotações que nos conduzem através do contexto ao documento enviado que, no entanto, ficou preso, apreendido ou esquecido pela administração.

Krüger atribui aos documentos escritos por africanos um carácter sobretudo epistolar (2009, p. 30). Repara que nos modos de escrita privada e oficial se usam estilos comunicativos diferentes cujo conhecimento não necessita de competências de escrita ou leitura, no entanto, a experiência de vida e um ‘escrivão’, i. e., alguém que execute, pela pessoa ‘analfabeta’, a escrita propriamente dita da carta (p. 33). Encontram-se diversas formas de escrita, consoante a necessidade sentida como, por exemplo, a correspondência dirigida à administração ou empresa colonial, cartas de amor, de trabalhadores migrantes ou cartas dirigidas a jornais, entre vários outros.

As próprias vozes, corpos, ideias e história(s)

No caso da investigação em curso, regozijamo-nos com o fato de ainda podermos enfrentar pessoas que tenham vivido e experienciado a fase final do colonialismo em STP, fase essa tão marcante, passada com imensos sacrifícios que ainda hoje traz implicações nas suas vidas. A correspondência enviada ou recebida, a escrita em diversas ocasiões, o ‘palaver’ à sua volta ou sobre a leitura de outros textos fazia parte do seu quotidiano, da sua forma de sobrevivência, da conquista de dignidade, dos sonhos, da sua maneira de ver a terra africana. Era também a sua maneira de interpretar o mundo e de criar a sua história pessoal ou comunal para preencher as suas vidas com sentido (vide também Depelchin, 2005, pp. 177-207).

Queremos atentar ainda um outro tipo de escrita, i. e., a inscrição de mensagens no corpo, um procedimento habitual, por exemplo, em trabalhadores originários da sociedade nyungwe, da província do Tete¹⁴, em Moçambique. Encontram-se neles outras formas de comunicação, embora sujeitas ao silêncio, que possam estabelecer um diálogo entre as escritas alfabética e simbólica.

Todas essas questões são sensíveis pelo que a sua abordagem exige a desconstrução da relação de poder do investigador com as pessoas dado que esse entra como representante do mundo científico exógeno que fora experimentado como colonizador, sobretudo pelos participantes africanos mais idosos. Torna-se importante reconhecer que a história africana deve ser construída pelos próprios como forma de criar sentido e de reconquistar a sua própria iniciativa face ao aparelho instrumental e interpretativo de conceptualizações e categorias alheias.

Sem querer antecipar soluções pensadas à distância, pretendemos traçar apenas

¹⁴ Agradeço a informação sobre as inscrições na pele e o seu significado na sociedade nyungwe ao linguista moçambicano, Dr. S. Rego.

a ideia de que o encontro com os santomenses e principenses ou os membros de grupos africanos em STP, agora minoritários, talvez possa passar pela identificação e criação de objetivos - comuns ou negociados - no trabalho previsto em que esses se revejam. Daí que seja necessário que o investigador vá como um todo, inclusive a sua própria biografia e postura, ao encontro das pessoas na sua totalidade, procurando neste diálogo pontos de contacto ou uma perspetiva comum com as pessoas, questionando assim a relação de poder e substituí-la por uma atitude de confiança e solidária com o que move e preocupa os interlocutores.

Explorações sobre a cultura de escrita alfabética em STP

Excursão literário

(...) Vocês já ouviram falar na história dos cartazes rasgados?

- Que vem a ser isso? - interrogou Féron surpreendido.

- Os nativos arrancaram ou rasgaram os cartazes que o Galho-Galho mandou afixar na Trindade.

(Sum Marky, 1963, p. 261)

No seu livro “Vila Flogá” (1963), o escritor Sum Marky relata, com simpatia evidente pelos colonizados, alguns elementos do que poderá ter ocorrido na vila de Trindade, em 1953, (vide Seibert, 2001, p. 81), mostrando a envolvimento da escrita como cultura comum no quotidiano forro da ilha.

No pequeno extrato textual subentende-se que pessoas do meio forro tenham procedido à leitura conjunta dum documento oficial e à sua interpretação no contexto político concreto da anunciada supressão, pelo governo colonial, do seu estatuto social e da sua posição hierárquica intermédia no sistema colonial português em STP, i. e., os seus direitos historicamente adquiridos. Isto teria como consequência uma alteração do seu trabalho enquanto escritas nas categorias baixas da administração colonial e nas roças, colocá-los-ia a nível dos trabalhadores forçados africanos, que também os servem como serviçais, além de que traria o fim do seu modo de vida pela imposição da lógica brutal do trabalho forçado. Esta leitura impulsiona como ação de resistência a destruição do documento escrito. Este ato é tido como simbolicamente importante no meio santomense da altura, uma vez que aconteça na Trindade, uma vila, com uma concentração populacional de forros muito significativa na ilha. O documento editado pelo governo causa múltiplas formas de interação culturais e sociais, num mundo oral de boatos e contra-boatos direcionados, a que a entrevista sobre a projetada mudança radical com o representante da Curadoria dos Serviçais e Indígenas, no jornal “A Voz de São Tomé” em 1953, ainda deita água na fervura. É lida e comentada em grupos no seio da comunidade forra (vide Seibert, 1995-1999, p. 300; 2001, pp. 80-83), mostrando a evolução da consciência política dos forros no sentido de resistir contra as medidas previstas. No fim, muitos dos seus compatriotas vão ficar vítimas do terrível “Massacre de Bate-Pá”, em Fevereiro de 1953.

Identificação das estruturas públicas da cultura de escrita em STP

Partindo deste romance de Sum Marky cuja narração nos mostra a existência de vários níveis e formas da cultura de escrita, as descrições do estudo sobre “A ilha de S. Tomé”, de F. Tenreiro (1961), mas também os trabalhos de Gomes (1964), uma assistente social, e do P. Ambrósio (1984), além das numerosas publicações de A. Nascimento¹⁵ e doutros autores recentes, conduzem a nossa reflexão para a caracterização dos espaços sociais e institucionais da cultura de escrita de São Tomé e Príncipe.

Espaços da cultura de escrita em STP

No seguinte, procuramos examinar os espaços socioculturais de escrita na sociedade colonial de STP dos anos 1950 e seguintes em que se desenvolvem os diversos atos/processos de escrita nas suas funcionalidades, modos de expressão e execução, em que se constituem relações de micro-poder, de subterfúgio ou de resistência. Embora existam várias subdivisões e múltiplas redes de ligação entre si¹⁶ no dia-a-dia, identificamos três espaços principais com características próprias, a dizer:

- o espaço do colonizador;
- o espaço intermédio afro-crioulo;
- o espaço populacional subalterno africano.

O espaço do colonizador

O espaço do colonizador subdivide-se nas instituições políticas e administrativas do poder colonial português, nas roças, no complexo institucional da igreja católica, no sector social e educacional, nas igrejas protestantes, fazendo dele ainda parte a população branca, embora numericamente pouco significativa¹⁷, como grupo demográfico ideologicamente colado ao poder colonial, na sua grande maioria iletrada (Seibert, 2001, p. 78).

A burocracia estatal

Nas múltiplas repartições do Estado colonial provincial e a nível municipal impera a burocracia nos escritórios com secretárias, impressos, carimbos, selos e outros utensílios representativos do regime documental colonial. A sua existência alimenta a “Imprensa Nacional”, local de impressão do “Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe”, do jornal “A Voz de São Tomé”, das declarações do governador, dos editais oficiais, como também dos impressos que encontram a sua utilização nas finanças ou na administração dos tribunais. A “Imprensa Nacional” produz ainda a documentação relativa ao controle de mobilidade dos cidadãos portugueses, originários de STP¹⁸, como também dos não-cidadãos africanos, os trabalhadores forçados. Edita ainda os impressos por preencher, com pesadas máquinas de escrever, pelos polícias semiletrados e pelos agentes da PIDE, durante ou após a sua sinistra atividade de detenção, interrogatório etc. (vide Sum Marky, 1963, pp. 126, 149).

¹⁵ Vide nas referências.

¹⁶ Chamamos atenção para a dimensão das ilhas e a sua dinâmica populacional específica.

¹⁷ Segundo Seibert (2001, p. 80), em 1952, existem 1.200 brancos numa população total de 62.000 pessoas em que se incluem 24.000 trabalhadores africanos contratados.

¹⁸ O “papel” no livro de Sum Marky.

Por volta dos anos 1950, com o alargamento do ensino primário, da criação da Escola de Artes e Ofícios na cidade de S. Tomé (1948) e do Colégio-Liceu (1952), aumenta também aqui o volume de escrita formal, i. e., de impressos por preencher a vários níveis, à semelhança do que acontece no Hospital Central e nos centros de saúde, com a introdução de apoios formalizados de carácter social (Seibert, 2001, p. 77). Traz, no entanto, um aumento de literacia entre as crianças e jovens crioulos, mas também no caso do projeto único de ensino primário para 80 adultos na localidade de Santana, como nos relata Gomes (1964, p. 64).

A roça

O espaço de escrita/cálculo nas grandes roças segue uma lógica semelhante a da burocracia colonial, embora a uma escala administrativa mais reduzida. No entanto, acrescenta-se a organização contabilística do pequeno comércio da roça, como naturalmente a própria atividade de negócio agrícola com a contabilidade e as necessárias relações com o exterior, i. e., as outras dependências nas ilhas e fora destas (vide também: Nascimento, 2003).

O complexo institucional católico

No complexo institucional católico existe uma divisão por funcionalidades em que a escrita/leitura assume um papel destacado, como no culto religioso, na missa, na catequese e nos casamentos, batizados e enterros. A tipografia claretiana constitui um suporte central para as atividades de culto com a impressão de brochuras religiosas e do semanário “A Luz do Evangelho” para a distribuição gratuita nas missas dominicais. Mais tarde, este é substituído por “O Dia do Senhor”. A essas atividades de apoio ao culto ainda se junta, aos sábados, o programa semanal radiofónico de carácter religioso “Evangelho e Vida” (Ambrósio, 1984, p. 242).

A “Livreria S. Tomé” é o único local para a aquisição de literatura constituída por escritos religiosos, “bons livros” - nas palavras de P. Ambrósio (1984, p. 242), manuais práticos e escolares, destinados à atividade no ensino primário da própria Missão Católica. A sua secção de papelaria ainda vende artigos de escrita, lápis, canetas, papel, envelopes, impressos e outros.

O ensino primário e a estruturação, orientação e docência do liceu público é em grande parte entregue à Igreja Católica, segundo Ambrósio (1984, p. 241), o que contraria a tendência de laicismo nas restantes partes do império colonial (Pontes, 2006, pp. 30/31). Com o objetivo de educação do africano para o trabalho em mente, há uma aposta forte no ensino profissional, i. e., na “Escola d’Artes e Ofícios” (fundada em 1948), onde funciona ainda uma oficina de encadernação, além da associação da referida tipografia claretiana.

Ambrósio refere ainda que (1984), em 1941, as freguesias passam a ter arquivo paroquiais com livros de registo e ficheiros atualizados. No Centro Diocesano inaugurou-se, em 1971, o Arquivo Diocesano de São Tomé e Príncipe (p. 245).

O protestantismo

A “Missão Adventista” protestante tem uma dimensão mais reduzida, mas também está ligada ao ensino primário com uma escola, serviços sociais e médicos¹⁹, além das suas atividades de culto, desenvolvidas na lógica protestante de leitura ativa da Bíblia.

¹⁹ Agradeço a informação a Dr. O. Baia.

O espaço intermédio afro-crioulo

Neste espaço encontramos os pequenos proprietários das roças, pequenos serviços e o comércio urbano na Cidade de S. Tomé que é detentor duma parte do comércio ali existente²⁰. Enquanto “cidadão português”, o afro-crioulo tem as obrigações formais de registo pessoal junto do Estado colonial controlador. A sua relação com o mundo colonial de escrita passa ainda pelo licenciamento do negócio, pelo apuramento e pagamento de impostos, incluindo ainda os atos formais ligados à compra e venda.

A estes acrescentam-se ainda os pequenos funcionários forros nos escritórios das diversas administrações centrais, municipais, no comércio e nas roças (vide: F. Tenreiro, 1961, p. 111, pp. 207-210).

Em 1939 é criado o “Sporting Clube de S. Tomé” que se vai tornando um centro de aspirações nacionalistas da elite afro-crioula com manifestações culturais em que a escrita desempenha um papel fundamental. Seguem-se outros espaços e formas de organização cultural mais informais e publicamente menos expostos (vide também Mata, 1998, pp. 37-39; Seibert, 2001, p. 75).

O espaço subalterno africano

Os trabalhadores forçados africanos de Angola e Moçambique, também de Cabo Verde, estão constrangidos sobretudo ao espaço das roças no interior das ilhas. A sua vida e trabalho são determinadas por documentos escritos, começando pelo contrato de trabalho, assinado no país de origem, por declarações necessárias à qualquer deslocação, pela caderneta de trabalho, por listas salariais, pelo controle do cálculo das suas horas de trabalho e da conta das suas compras no pequeno comércio na roça ao fim do mês (vide: Kagan-Guthrie, 2011).

Face a este aparente domínio da escrita oficial imposta pelo poder colonial com as suas implicações no quotidiano africano, a questão que se coloca é tentar compreender, em conjunto com as pessoas visadas em STP, qual foi o seu relacionamento pessoal com a escrita/leitura alfabética na altura colonial. Como é que a escrita/leitura contribuiu para dar seguimento à sua vida, em termos pessoais, sociais, culturais e políticos? Qual foi o seu papel e como é que se manifestou, como é que se envolveram em práticas de escrita/leitura no seu dia-a-dia?

As práticas de escrita em STP

Como hipótese de trabalho, sugerimos a existência de três configurações fundamentais e, ao mesmo tempo, representativas das práticas quotidianas de escrita/leitura. O seu referencial são os espaços em que se desenvolvem, no entanto, ultrapassam-nos através da criação situacional de formas de produção e de géneros textuais que se influenciam mutuamente na solução de questões vitais, nomeadamente as

- práticas de escrita/leitura coercivas
- as práticas de escrita/leitura existenciais
- as práticas de escrita/leitura voluntárias ou libertadoras.

Entendemos por prática coerciva lidar adequadamente com as obrigações impos-

²⁰ Conversa com Sra. D. Antónia Francisca (26.12.2011).

tas pelo aparelho colonizador oficial ou das roças. Como prática existencial compreendemos a solução dos problemas mediatos ou imediatos de vida ou trabalho para a qual o uso da escrita e leitura, individual ou em grupo, se torna imprescindível. Pode significar, por exemplo, uma forma de atuação entendida como realista face aos poderes instalados ou o contato com familiares longe da residência, mas também uma forma de participação em cultos religiosos. Práticas voluntárias ou libertadoras, na altura dos anos 1950 e seguintes, talvez nos levem a conhecer novas dinâmicas culturais criadas pela escrita, um espírito de ruptura com formas entendidas como ultrapassadas ou, pelo contrário, a renovação cultural por um meio comunicacional novo que, ao mesmo tempo, cria uma relação e atitudes diferentes nos próprios atores.

Em todas as práticas procuramos entender os seus modos de criação, atuação e performance pelos participantes envolvidos.

Conclusão

Termina a nossa tentativa de esboço dalguns aspetos da cultura de escrita no quotidiano em STP pela abordagem, por um lado, do discurso ocidental sobre os modos de comunicação africanos e, por outro lado, pela apresentação da ação colonial de disciplinação e controle comunicacional do trabalhador africano e do afro-crioulo de STP. No entanto, com Barber (1996), Depelchin (2005), Smith (1999) e Wambadia-Wamba (1985) consideramos que uma conceptualização excessiva não nos leva à compreensão da atuação africana porque corremos perigo de nos encurralarmos demasiado no discurso académico eurocêntrico. Daí que pretendamos ‘entregar’ a investigação e a nossa própria pessoa aos próprios santomenses e principenses e aos antigos trabalhadores forçados, no caso, aos mais velhos, para aprender com eles a sua visão do mundo e a sua experiência histórica com a escrita.

Referências

Ambrósio, A. (1987). Dona Simoa de S. Tomé em Lisboa. O seu testamento e a sua capela. *Revista municipal*, XLVIII, 2.^a série, 21, pp. 3-22.

Ambrósio, A. (1984). *Subsídios para a história de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Amin, S. (1999). *Eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*. Lisboa: Edições Dinossauro.

Apter, A. (2007). *Beyond words. Discourse and critical agency in Africa*. Chicago: The University of Chicago Press.

Barber, K. (2007). *The anthropology of texts, persons and publics. Oral and written culture in Africa and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barber, K. (2006a). Introduction. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 1-24). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Barber, K. (2006b). Writing, genre, and a schoolmaster's invention in the Yoruba provinces. In

- K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 385-415). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Barber, K. (1989). Interpreting Oríkì as history and as literature. In P. F. F. de Morães & K. Barber (eds.), *Discourse and its disguises*. Birmingham: Center of West African Studies.
- Barber, K. (ed.) (2006c). *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Barros, J. d'A. (2010). *O campo da história. Especialidades e abordagens* (7ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Battestini, S. (2000). History. About the relationship of history and writing studies. In S. Battestini, *African writing and text* (pp. 102-159). New York, Ottawa, Toronto: Legas.
- Breckenridge, K. (2006). Reasons for writing. African working-class letter-writing in Early-Twentieth-Century South Africa. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 143-154). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Breckenridge, K. (2000). Love letters and amanuenses. Beginning the cultural history of the working-class private sphere in Southern Africa, 1900-1933. *Journal of Southern African Studies*, 2 (26), pp. 337-348.
- Castelo, C. (1998). "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Chartier, R. (2011). Defense et illustration de la notion de représentation. *Working Papers des Sonderforschungsbereiches 640*, 2/2011. Acedido em 9 Fevereiro, 2012, de <http://edoc.hu-berlin.de/series/sfb-640-papers/2011-2/PDF/2.pdf>
- Chartier, R. (1995). The readers and their books. In R. Chartier, *Forms and meanings: Texts, performances, and audiences from codex to computer* (pp. 82-97). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Congregación CMF (2008). *La Congregación Claretiana. Relación histórica*. Acedido em 17 de Fevereiro, 2012, de <http://claret1807.blogspot.com/2008/06/congregacion-cmf-pg.html>
- Curto, D. R. (2007). Introdução. In D. R. Curto, *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII* (pp. 9-19). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Depelchin, J. (2005). *Silences in African history. Between syndromes of discovery and abolition*. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers.
- Eckert, A. (2007). *Herrschen und verwalten. Afrikanische Bürokraten, staatliche Ordnung und Politik in Tansania, 1920 - 1970*. München: Oldenbourg.
- Eckert, A. & Jones, A. (2002). Historical writing about everyday life. *Journal of African Cultural Studies*, 15 (1), pp. 5-16.
- Finnegan, R. (2002). *Communicating. The multiple modes of human interaction*. London: Routledge.
- Finnegan, R. (1977). *Oral poetry. Its nature, significance and social context*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Finnegan, R. (1967). *Limba stories and storytelling*. Oxford: Oxford University Press.
- Gadzepo, A. (2006). Public but private. A transformational reading of the memoirs and newspaper writings of Mercy Ffoules-Crabbe. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 314-337). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Ginzburg, C. (2011). *Der Käse und die Würmer. Die Welt eines Müllers um 1600* (7. Aufl.). Berlin: Klaus Wagenbach Verlag.
- Ginzburg, C., Tedeschi, J. & Tedeschi, A. C. (1993). Microhistory. Two or three things I know about it. *Critical Inquiry*, 20 (1), pp. 10-35. Acedido em 13 de Janeiro, 2012, de <http://www.jstor.org/stable/1343946>
- Gomes, M.^a I. S. C. (1964). *A atitude do nativo de S. Tomé perante o trabalho*. Trabalho final do curso de Serviço Social. Lisboa: Instituto de Serviço Social.
- Gonçalves, M. J. S. (1973). Forros de São Tomé. Uma aproximação antropológica. *Geographica*, 35 (IX), pp. 50-77.
- Goody, J. (1968/1986). Funktionen der Schrift in traditionellen Gesellschaften. In J. Goody & I. Watt & K. Gough, *Entstehung und Folgen der Schriftkultur* (pp. 25-61). Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.
- Goody, J. & Watt, I. (1968/1986). Die Konsequenzen der Literalität. In J. Goody & I. Watt & K. Gough, *Entstehung und Folgen der Schriftkultur* (pp. 63-122). Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.
- Gundaker, G. (1998). *Signs of diaspora – diaspora of signs. Literacies, creolization, and vernacular practice in African America*. New York: Oxford University Press.
- Harris, P. (2007). *Butterflies & barbarians. Swiss missionaries & systems of knowledge in South East Africa*. Harare; Johannesburg; Oxford; Athens: Weaver Press; Wits University Press; James Curry; Ohio University Press.
- Harris, P. (2001). Missionaries, marxists and magic: Power and politics of literacy in South-East Africa. *Journal of Southern African Studies*, 27, (3), pp. 405-427.
- Harris, P. (1993). *Work, culture, and identity. Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Johannesburg; Portsmouth; London: Witwater University Press; Heinemann; James Curry.
- Hawkins, S. (2002). *Writing and colonialism in Northern Ghana. The encounter between Lo Daga and "The world on paper", 1892-1991*. Toronto, London: University of Toronto Press.
- Henriques, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.
- Hountondji, P. J. (2002). *The struggle for meaning. Reflections on philosophy, culture and democracy in Africa*. Ohio: Ohio University Press.
- Hountondji, P. J. (1997). Introduction: Recentring Africa. In P. J. Hountondji (ed.), *Endogenous knowledge. Research trails* (pp. 1-39). Dakar: CODESRIA.
- Jerónimo, M. B. (2010). *Livros brancos, almas negras. A "missão civilizadora" do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Jerónimo, M. B. (2006). Os missionários do alfabeto nas colónias portuguesas (1880-1930). In D. R. Curto (Dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (pp. 29-67). Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, MCES.

Kagan-Guthrie, Z. (2011). Repression and migration. Forced labour exile of Mozambicans to São Tomé, 1948-1955. *Journal of Southern African Studies*, 37 (3), pp. 449-462. Acedido em 27 de Janeiro, 2012, de <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2011.602885>

Khumalo, V. (2006). Ekukhanyeni letter-writers. A historical inquiry into epistolary network(s) and political imagination in Kwazulu-Natal, South Africa. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 113-142). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Kootz, A. & Pasch, H. (Hsg.) (2008). *5000 Jahre Schrift in Afrika. Entstehung – Funktionen – Wechsel* (Begleitband zur Ausstellung in der Universitäts- und Stadtbibliothek Köln vom 7. November 2008 bis 8. Januar 2009). Köln: Universitäts- und Stadtbibliothek.

Krüger, G. (2009). *Schrift – Macht – Alltag. Lesen und Schreiben im kolonialen Südafrika*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag.

Krüger, G. (2007). Literalitätsgeschichte in “Außereuropa”. Zur Briefkultur von Wanderarbeitern in Südafrika um die Jahrhundertwende. In A. Messerli & R. Chartier (Hrsg.), *Scripta volant, verba manent. Schriftkulturen in Europa zwischen 1500 und 1900: Les cultures de l'écrit en Europe entre 1500 et 1900* (pp. 449-479). Basel: Schwabe Verlag.

Krüger, G. (1996). Historical patterns of writing and literacy in South Africa. neither destroyed orality – nor incomplete literacy. In Geisteswissenschaftliches Zentrum Moderner Orient, *Workshop: Orality and Literacy in African Societies*, held at the Institute for African and Ethiopian Studies, University of Hamburg, July 4-5, 1996. Acedido em 13 de Setembro, 2010, de <http://www.zmo.de/personen/Ehemalige/Reinwald/orality/11Krue.htm>

Lévi-Strauss, C. (1973). *Das wilde Denken* [Original em francês: *La pensée sauvage*]. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.

Levy-Bruhl, L. (1910). *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris: Félix Alcan.

Mata, I. (2010). *Polifonias insulares. Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

Mata, I. (1998). *Diálogo com as ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

Miescher, S. F. (2006). “My own life”. A. K. Boakye Yiadom's autobiography – the writing and subjectivity of a Ghanaian teacher-katechist. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 143-154). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Nascimento, A. & Cardoso, P. (dir.) (2008). *Atlas da lusofonia. São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.

Nascimento, A. (2007). *O fim do caminhu longi*. S. l.: Ilhéu Editora.

Nascimento, A. (2003). *A Misericórdia na voragem das ilhas. Fragmentos da trajetória das Misericórdias de S. Tomé e Príncipe*. S. l.: Edição do autor.

- Nascimento, A. (2002a). *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*. S. l.: Edição do autor.
- Nascimento, A. (2002b). *Desterro e contrato. Moçambicanos a caminho de S. Tomé e Príncipe (Anos 1940 a 1960)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Nascimento, A. (2001). S. Tomé e Príncipe. In J. Serrão & A. H. D. O. Marques (Dir.), *Nova História da expansão portuguesa (vol. XI). O império africano (1890-1930)* (pp. 201-258). Lisboa: Editorial Estampa.
- Newell, S. (2006). Entering the territory of elites. Literary activity in colonial Ghana. In K. Barber (Ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 211- 235). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Newell, S. (2002). *Literary culture in colonial Ghana. "How to play the game of life"*. Manchester: Manchester University Press.
- Newell, S. (2001). 'Paracolonial' networks. Some speculations on local readerships in colonial West Africa. *Interventions*, 3 (3), pp. 336-354. Acedido em 21 de Julho, 2011, de <http://dx.doi.org/10.1080/713769068>
- Oliveira, J. E. d. C. (1993). *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: IICT e Instituto para a Cooperação Económica.
- Peterson, D. R. (2004). *Creative writing. Translation, bookkeeping, and the work of imagination in colonial Kenya*. Portsmouth [USA]: Heinemann.
- Pinto, M. d. R. (2006). *Relação do descobrimento da Ilha de São Tomé*. (Fixação do texto, introdução e notas de A. M. Caldeira). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pontes, J. X. d. S. (2006). *Um subsídio para a história da educação em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Roberts, P. A. (1997). *From oral to literate culture. The colonial experience in the English West Indies*. Kingston: The Press University of the West Indies.
- Seibert, G. (2001). *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.
- Seibert, G. (1995-1999). São Tomé e Príncipe. Boatos, rádio Boca a Boca e panfletos anónimos na cultura política local. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18-22, pp. 299-316.
- Seiler, F. - U. (2009). *A comunicação e o saber filosófico contemporâneo africanos. Estudo exploratório de uma epistemologia comunicacional africana* (Dissertação do Mestrado). Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Seiler, F. - U. (1988). Angola – 'lusophon' oder 'bantuphon'?. *Tranvia*, 8.
- Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies. research and indigenous people*. London: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak?. In Nelson, C. & Grossberg, L. (eds.). *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Urbana: University of Illinois Press.

- Street, B. V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Street, B. V. (ed.) (1993). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sum Marky (1963). *Vila Flogá*. Fundão: Tipografia do “Jornal do Fundão”.
- Tavares, A. P. & Santos, C. M. (2002). *Africae monumenta. A apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Tempels, P. (1965). *La philosophie bantoue* (3^a ed.). Paris: Présence Africaine.
- Tenreiro, F. J. (1961). *A ilha de São Tomé. Estudo geográfico*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Vail, L. & L. White (1991). *Power and praise poem. Southern African voices in history*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Wamba-Dia-Wamba, E. (2003). Introduction. “I, too, am a researcher in African philosophy”. *Journal of African Philosophy*, 2. Acedido em 30 de Março, 2009, de <http://www.africanphilosophy.com/issue2/diawamba.html>
- Wamba-Dia-Wamba, E. (1985). *Experiences of democracy in Africa. Reflections on the practice of communalist palaver as a method of resolving contradictions among the people*. Acedido em 30 de Março, 2009, de <http://otabenga.org/files/wamba1.pdf>